

NARRATIVA E TESTEMUNHO COMO FORMAS DE ELABORAR A VIOLÊNCIA POLICIAL: SOBRE AMARILDO, MARTINIANO E OUTROS TRABALHADORES

Ettore Dias MEDINA¹

RESUMO: O artigo investiga reportagens sobre o desaparecimento do trabalhador Amarildo de Souza, que aconteceu em julho de 2013. Investiga também duas narrativas do escritor Roniwalter Jatobá, publicadas durante o período da ditadura civil-militar. As reportagens e as narrativas são interpretadas a partir da noção de testemunho. O objetivo dessa investigação é dar visibilidade a formas de violência policial do passado e do presente, apresentando a semelhança entre situações que ocorreram em momentos históricos distintos, indicando uma continuidade histórica da violência. Além disso, a investigação visa trazer elementos para uma reflexão sobre a postura autoritária que tem marcado as ações da polícia militar desde o período da ditadura civil-militar, e contribuir para o debate sobre a necessária desmilitarização da polícia hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Amarildo de Souza. Roniwalter Jatobá. Violência policial. Testemunho. Narrativa. Elaboração.

No dia 14 de novembro de 2013 foram completados 4 meses de desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. A ação covarde e autoritária realizada em 14 de julho de 2013 por policiais militares vinculados à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) teve uma repercussão surpreendente, pois um trabalhador pobre tornou-se notícia em um país onde o desaparecimento dos pobres costuma resultar apenas em silêncio e impunidade (BRUM, 2013). Infelizmente, as investigações apontam que Amarildo de Souza foi covardemente assassinado durante tortura realizada por policiais dentro do contêiner onde funciona uma base da Unidade de Polícia Pacificadora instalada na favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro. Mais de 20 policiais são acusados de participação na morte de Amarildo, entre eles o major Edson Santos (TELES, 2013), que na época era comandante da Unidade de Polícia Pacificadora instalada naquela comunidade. No início das investigações o mesmo major alegou que Amarildo teria ficado menos de cinco minutos na unidade, tempo suficiente para realizarem a averiguação pela qual foi levado até lá, e que depois teria sido liberado (BRUM,

¹ Bolsista CAPES. Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Pós-graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – ettoremedina@yahoo.com.br

Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores

2013). Hoje sabemos que Amarildo foi torturado por pelo menos 40 minutos, e que o major Edson Santos tinha conhecimento dessa atrocidade.

O desaparecimento de Amarildo de Souza concentrou uma série de questões importantes, tornando-se um dos acontecimentos mais debatidos dos últimos meses. Amarildo foi transformado em um símbolo com o qual pessoas que tiveram parentes que foram vítimas da violência de Estado se identificaram. Esse fenômeno foi possível graças à atitude tomada pelos familiares. Após o desaparecimento, os parentes acorreram à sede da Unidade de Polícia Pacificadora no morro, a delegacias, ao Instituto Médico Legal, a hospitais, a casas de parentes em Niterói e Nova Iguaçu. Não encontrando respostas, Michele Lacerda, sua sobrinha, e Elizabete Gomes da Silva, sua esposa, organizaram em 17 de julho uma manifestação na base do morro, o que resultou no fechamento do túnel Zuzu Angel, estrutura responsável pela ligação entre os bairros da Zona Sul da cidade e a Barra da Tijuca (CALIARI, 2013a). A manifestação foi ao encontro da politização pela qual têm passado as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro desde as manifestações de junho de 2013.

As ondas de protestos populares, iniciadas em São Paulo em junho, e que se espalharam pelo País durante a Copa das Confederações, continuavam a bater no Rio, sobretudo contra o governador Sérgio Cabral. Ao fecharem o túnel Zuzu Angel, os moradores da Rocinha traziam agora uma nova pauta para os protestos: onde está Amarildo? A pergunta foi imediatamente apropriada por manifestantes, artistas, imprensa, militantes de direitos humanos. Parecia que, finalmente, a população passava a se sensibilizar com o destino de um trabalhador pobre, preto e favelado, aparentemente vítima de arbitrariedade policial. (CALIARI, 2013a).

A mobilização dos familiares e amigos de Amarildo em denunciar seu desaparecimento através de uma manifestação fez com que a violência policial sofrida por uma família de trabalhadores que mora na favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro – acontecimento que levou a uma reorganização forçada da vida dessas pessoas – tivesse visibilidade. O sofrimento dos familiares, suas palavras, suas fisionomias, sua casa e sua esperança em rever Amarildo foram divulgadas na imprensa e nas redes sociais, sendo conhecidas por milhões de pessoas. Exemplar nesse sentido é o documentário “Eu, um Amarildo”, de Rômulo Cyríaco (2013). Nesta realização o cineasta cumpriu o papel de mediador solidário, captando as imagens e relatos dos familiares daquele trabalhador. A perda de um parente e também a violência levam as pessoas a narrarem, a darem o seu testemunho,

reinterpretando assim a própria vida. Narrar é reconstruir o acontecimento que trouxe a insegurança, a tristeza e o trauma, é também um passo necessário na compreensão e elaboração do desaparecimento da pessoa querida.

De certa forma, o caso Amarildo reitera a importância da noção de testemunho como forma de enfrentamento e elaboração de acontecimentos violentos. Quando falo em testemunho, remeto aos usos da narrativa que tiveram força no século XX, perpassando diferentes gêneros literários, e também o cinema, o teatro e a história em quadrinhos. Em todas essas produções culturais, e com mais força na literatura, é recorrente o estabelecimento de uma relação entre narrativa e violência. Assim, o testemunho visa dar uma forma narrativa para um acontecimento violento. Há, na produção da literatura de testemunho, uma vontade de verdade, característica que remete ao uso jurídico da figura da testemunha.

A literatura de testemunho realizada na América Latina tem por característica o estabelecimento de um vínculo entre “[...] a produção literária e o resgate da História contemporânea” (MARCO, 2004, p.45). O escritor que se lança à produção do testemunho quer revelar uma versão da história que foi negada pela história oficial, quer que aspectos desconhecidos de um acontecimento venham à tona. Esse vínculo entre literatura e história faz com que nas produções literárias voltadas para o testemunho o discurso literário e seu referente estejam conectados de maneira indissolúvel (MORAÑA, 1995), havendo um redirecionamento das relações entre literatura e realidade. É uma literatura que fala do real, na maior parte das vezes de um real terrível, excessivo, da ordem do traumático.

Em muitos casos, a literatura de testemunho dialoga com modalidades expressivas da história oral, da crônica, do ensaio etnográfico e da entrevista jornalística. Há algo em comum em todas essas modalidades, e que também está presente na literatura de testemunho: o mediador solidário. Este é um sujeito letrado que se aproxima de sujeitos pertencentes a setores subalternos da sociedade para ouvir e conhecer suas histórias. O mediador solidário colhe o relato do sujeito subalterno e o envolve em uma forma narrativa. Graças ao mediador solidário, a história relatada pelo sujeito subalterno pode circular na esfera pública, sendo conhecida por outras pessoas. É o caso do já mencionado filme “Eu, um Amarildo”, de Rômulo Cyríaco (2013). Outro exemplo é a reportagem realizada por Tânia Caliarí. Esta jornalista baseou-se no relato de Elizabete Gomes da Silva, em notícias de jornais, em depoimentos dados por testemunhas durante o inquérito, e na entrevista com o delegado

Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores

empenhado na primeira fase da investigação do caso Amarildo para escrever uma versão sobre o desaparecimento desse trabalhador. Ela conta que naquele domingo, dia de Flamengo e Vasco, Amarildo e seu primo Luiz passaram o dia pescando na praia de São Conrado. Amarildo regressou no fim da tarde, limpou os peixes na porta de sua casa e saiu para comprar limão e alho no bar do Júlio, que fica próximo de sua casa. O dono do bar e mais quatro pessoas tomavam cerveja, faziam uma moqueca e acompanhavam o jogo de futebol.

Ao chegar, Amarildo foi solicitado por uma moradora para que levasse suas malas até a rua 2, onde pegaria um táxi para a rodoviária. Amarildo fez o carro, voltou ao bar satisfeito, dizendo que recebera 30 reais pelo serviço. O grupo viu então a chegada de um grupo de PMs e a abordagem feita a Amarildo pelo policial Douglas Vital, que pediu seu documento. Segundo contam as testemunhas, todos estranharam o pedido, pois sabiam que Vital conhecia Amarildo e que ainda assim, depois de ver sua carteira de identidade, o policial disse que o levaria para averiguações. Júlio, o dono do bar, e Luiz Carlos, questionaram a atitude: “levar Amarildo pra quê?”.

Luiz Carlos foi então encarado por Vital, que indagou: “você me conhece? Sou o cara de macaco”. O grupo de oito policiais – nem todos entraram no bar, parte deles esperava do lado de fora – desceu então o Beco do Cotó até chegarem à Rua 2, conduzindo Amarildo ao Centro de Comando e Controle (CCC), um posto da UPP onde ficam monitores com as imagens captadas por cerca de 80 câmaras que vigiam as ruas da Rocinha. Nesse ínterim, Luciana, que estava no bar no momento da abordagem, subiu o beco e foi avisar Bete, que desceu com a filha Beatriz até o CCC. Bete esperou do lado de fora do posto, conversando com um policial, até que viu um carro da polícia parar e seu marido sair do posto. Correu a seu encontro, e já dentro da viatura Amarildo lhe disse que o seu documento estava com Vital. A viatura seguiu para a sede administrativa da UPP na Rocinha, num local conhecido como Portão Vermelho, na parte alta da favela que faz divisa com a mata de um parque. Como nunca voltou para casa, ficou a pergunta: onde está Amarildo? (CALIARI, 2013b).

Mediante o uso da narrativa, Tânia Caliari cria uma versão dos acontecimentos que culminaram na tortura e desaparecimento de Amarildo. Este é mostrado como trabalhador, sendo focado inclusive em seu trabalho como carregador, que lhe trouxe o apelido de “boi” (BRUM, 2013). Fica patente no relato a truculência do policial Douglas Vital, que pede os documentos de Amarildo mesmo o conhecendo, e o leva para o posto da Unidade de Polícia Pacificadora dizendo ser necessário realizar averiguações. A ação do policial gera estranhamento em Júlio e Luiz Carlos, que questionam sua atitude. Logo em seguida Luiz Carlos é intimidado pelo policial Douglas Vital, em uma ação que remete aos piores aspectos

da tradição autoritária brasileira. O “você me conhece” dito por Vital atualiza a expressão “Sabe com quem está falando?”, usada por Roberto DaMatta (1997) para explicar o caráter perverso que muitas vezes perpassa as microrelações entre pessoas na sociedade brasileira. Ao agir assim, Vital quer demonstrar que sua posição de policial o diferencia dos outros ali presentes, vistos por ele como meros favelados, e por isso mesmo possíveis criminosos. Mais que isso, Amarildo, Júlio e Luiz Carlos fazem parte das classes populares ou, para usar a expressão de Paulo Sérgio Pinheiro, “as classes torturáveis” (PINHEIRO, 1991, p.48). A narrativa de Tânia Caliarí também apresenta uma ação de solidariedade e resistência por parte dos moradores da comunidade ao contar que Luciana, uma das pessoas que estavam no bar, corre para avisar a esposa de Amarildo sobre sua prisão.

De acordo com Eliane Brum, uma testemunha disse que o policial Douglas Vital vivia implicando com Amarildo e com sua família. “Esse policial é ruim, gosta de humilhar os pobres daqui” (BRUM, 2013). Talvez por isso o policial tenha tido tanta pressa em averiguar Amarildo, que foi levado vestindo apenas bermuda e chinelos, sem camisa. Acerta a jornalista Eliane Brum ao dizer ser inaceitável qualquer pessoa entrar num posto policial e desaparecer (BRUM, 2013). A ação dos policiais no bar do Júlio está vinculada a um contexto maior, pois nos dias 13 e 14 de julho de 2013 a favela da Rocinha passou pela “Operação Paz Armada”, que colocou 300 policiais na comunidade e prendeu dezenas de pessoas. As informações colhidas por jornalistas indicam que Douglas Vital agiu de má fé, se valeu de sua posição como policial para resolver um problema pessoal de forma covarde e criminosa. Atualmente esse policial é acusado, junto de mais 3 policiais, de ter executado a tortura que levou Amarildo a morrer (TELES, 2013).

Tenho por hipótese que a morte violenta de Amarildo tem estreita relação com outras mortes violentas de trabalhadores causadas por policiais militares durante o século XX, e remete à relação tensa entre presente e passado que se instala em sociedades que, como a sociedade brasileira, “[...] fazem de tudo para agir como se nada soubessem a respeito do que se acumulou às suas costas” (TELES; SAFATLE, 2010, p.9). Nesse sentido, a sociedade brasileira é afetada pela repetição dos acontecimentos violentos do passado recente que não foram elaborados. A psicanalista Maria Rita Kehl se apoia nas reflexões de Sigmund Freud para demonstrar como o conhecimento do passado violento que foi reprimido pelo Estado e por grupos que colaboraram com a violência de Estado seria salutar para nossa sociedade.

A verdade social não é ponto de chegada, é processo. Sua elaboração depende do acesso a informações, mesmo as mais tenebrosas, mesmo aquelas capazes de desestabilizar o poder e que, por isso, se convencionou que deveriam ser mantidas em segredo. Se o reconhecimento dos fatos que um dia se tentou apagar não costuma trazer boas notícias, em contrapartida a supressão da verdade histórica produz sintomas sociais gravíssimos – a começar pela repetição patológica de erros e crimes passados. (KEHL, 2013).

A elaboração do passado violento – cujos primeiros passos ocorrem com o conhecimento e a publicização da verdade sobre os acontecimentos mantidos em segredo – contribuiria para a cessação de sua repetição no presente. Seguindo de perto o argumento de Maria Rita Kehl, tenho por pressuposto que a violência policial contemporânea que assassinou Amarildo e tantos outros trabalhadores e moradores da periferia pode ser entendida como um sintoma social gravíssimo, um exemplo da repetição patológica de erros e crimes do passado. Ainda no ensaio “Os crimes do Estado se repetem como farsa”, Maria Rita Kehl afirma que só a arte nomeia os crimes silenciados no Brasil.

A literatura de testemunho, por seu diálogo crítico com a história e sua vontade de mostrar a verdade, de denunciar, vem ao encontro das reflexões da psicanalista. Tendo em vista essas características, e também a relação entre narrativa e violência que é recorrente na literatura de testemunho, investigarei momentos da violência policial exercida contra trabalhadores em duas narrativas do escritor Roniwalter Jatobá, publicadas nas décadas de 1970 e 1980, em plena ditadura civil-militar. As obras literárias serão tomadas como objetos culturais que contribuem para o conhecimento do passado. Nesse sentido, o objetivo da investigação é dar visibilidade a formas de violência policial ocorridas no passado, e que se repetem no presente, apresentando assim a semelhança entre situações que ocorreram em momentos históricos distintos. Tal semelhança, a meu ver, indica uma continuidade histórica da violência. Espero, com esse exercício, trazer elementos para uma reflexão sobre a postura autoritária que tem marcado a polícia militar desde o período da ditadura civil-militar, contribuindo para o debate sobre a necessária desmilitarização da polícia hoje.

A primeira cena de violência policial que trago à discussão faz parte da narrativa “Insônia” (JATOBÁ, 1981). Seu enredo apresenta não só a violência policial em seu momento concreto – o tapa –, mas também a antecâmara da violência, construída pela

interação terrível e amedrontadora gerada pela abordagem policial. A narrativa enfoca a situação de um operário que, em uma noite, ao não conseguir dormir, resolve sair de casa na madrugada para dar uma volta. Como no outro dia trabalhará na fábrica, deseja retomar o sono para evitar possíveis descuidos e acidentes decorrentes da falta de atenção no trabalho. Na rua, muito perto de sua casa, é abordado por um policial. Sendo uma narrativa contada em primeira pessoa, do ponto de vista de alguém que se lembra de algo que aconteceu a si, o leitor tem acesso ao acontecimento e à vida psicológica do narrador, com suas impressões, reflexões e reações ao momento de grande perigo.

A abordagem, que demonstrará a absurda disparidade entre um cidadão e um policial, é instaurada por uma pergunta: “– Para onde vai, rapaz? – disse o vulto parado, bem na minha frente, amarelado pela luz do poste” (JATOBÁ, 1981, p.55). Aqui, a pergunta acontece como intromissão, indo ao encontro das ideias de Elias Canetti. “Onde ela é aplicada como um instrumento de poder, a pergunta corta feito faca a carne do interrogado” (CANETTI, 1995b, p.285). As reações do narrador são o susto e o medo, sensações que o impactam profundamente. Canetti diz que com a pergunta o inquiridor se lança ao inquirido. Assim, se o inquiridor logra tocar o inquirido com a pergunta, ou seja, se consegue obrigá-lo a responder, “ele o capturou, aprisionando-o em um determinado lugar” (CANETTI, 1995b, p.287). Ao perguntar, o policial se anunciou, impôs sua presença, fez o narrador parar. Vendo a aproximação do policial, ele sente-se preso, acuado, tem vontade de fugir. No entanto, para de se movimentar.

O homem foi se achegando devagar, o farol de um carro acendeu-se me alumando; o homem encostou, vi a mão dele cutucando alguma coisa na cintura. Ele chegou, *documento*, disse, a voz quebrando a paz do silêncio. Aquilo me aliviou um pouco, aí lembrei que tinha saído pelado de papelada. Fiz que caçava nos bolsos. Então disse, *moro logo ali*, e aponteí com o dedo o cômodo cinza, lá morto nessas horas da noite entre outros quartos. (JATOBÁ, 1981, p.55, grifo do autor).

A postura do policial enreda o narrador em uma situação de desvantagem, sentida por ele como perigo iminente. Não havendo como fugir, está à mercê da força e do poder policial. A presença da força ocorre, para Elias Canetti, quando algo se encontra próximo e presente, estando sujeito, inclusive, à força física. “Dispondo de mais tempo, a força transforma-se em

poder²” (CANETTI, 1995a, p.281). A pergunta inicial do policial instaura uma situação de “registro policial”, que é uma forma de interrogatório. Este, segundo Canetti, “é dirigido contra o mais fraco” (CANETTI, 1995b, p.289). A situação de registro policial traz consigo um conjunto de perguntas que tendem a se repetir, que são recorrentes. Aquele que faz as perguntas se vê como alguém que está a serviço da segurança e da ordem. “A primeira pergunta que se faz oficialmente a um homem diz respeito a seu nome; a segunda, a seu domicílio, seu endereço. Têm-se aí [...] as duas perguntas mais antigas que existem: aquelas que têm por objeto a identidade e o lugar” (CANETTI, 1995b, p.289). É o que acontece na cena, com algumas modificações. A primeira pergunta questiona o destino do narrador. Já a pergunta sobre a identidade é feita na forma de uma ordem, a solicitação dos documentos. Canetti argumenta que no “registro policial” é construído um sistema de perguntas que se presta ao controle sobre as respostas. Sendo muito mais fraco que o interrogador, o interrogado somente escapa quando faz crer que não é um inimigo.

O narrador percebe que a ausência dos documentos dificulta sua situação, só lhe restando convencer o policial com seus argumentos. Diante da ausência dos documentos, o policial trata o narrador como um possível inimigo, fazendo com que erga os braços e caminhe até a viatura. A ordem dada pelo policial faz o narrador sentir um medo cada vez maior, acessando mentalmente seu repertório de conhecimentos sobre a polícia: “Nem sentia mais o vento, o corpo esquentou no medo, ferveu nas lembranças casos contados do que essa gente apronta no meio da noite” (JATOBÁ, 1981, p.55). O medo, inclusive, afeta a memória e a percepção dos movimentos do narrador: “Nem lembro como consegui chegar até o carro, as pernas descompassadas, os braços doendo nas alturas” (JATOBÁ, 1981, p.56). Suas reflexões indicam que a violência policial era um fato conhecido. Diante do poder do policial, o sentimento de medo se tornará uma presença constante que aumenta cada vez mais. Aliás,

² “A diferença entre força e poder deixa-se demonstrar de um modo bastante simples: no relacionamento entre gato e rato. O rato, uma vez capturado, encontra-se à mercê da força do gato. Este o apanhou, mantém-no cativo e vai matá-lo. Tão logo, porém, começa a brincar com ele, um novo elemento se apresenta. O gato o solta novamente e permite-lhe correr um pouco. Mal o rato dá-lhe as costas e põe-se a correr, ele já não se encontra mais à mercê daquela força. O gato, porém, dispõe do poder para apanhá-lo de volta. Se o deixa correr indefinidamente, permite-lhe escapar de sua esfera de poder. Mas até o ponto em que está certo de poder alcançá-lo, o rato estará sob seu poder. O espaço sobre o qual o gato projeta sua sombra; os instantes de esperança que permite ao rato, mas tendo-o sob sua estrita vigilância, sem perder o interesse nele e em sua destruição - tudo isso junto (o espaço, a esperança, a vigilância e o interesse na destruição) poder-se-ia designar como o corpo propriamente dito do poder, ou simplesmente, como o poder em si” (CANETTI, 1995a, p.281).

como vimos, o medo está presente desde o momento em que o policial se anuncia ao fazer a primeira pergunta, assustando o narrador. A presença do policial transforma a rua na qual o narrador mora em uma paisagem do medo.

O medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras. “Paisagem”, como o termo tem sido usado desde o século XVII, é uma construção da mente, assim como entidade física mensurável. “Paisagens do medo” diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real. (TUAN, 2005, p.12).

O geógrafo Yi-fu Tuan define o medo como um sentimento complexo experimentado pelos indivíduos de forma subjetiva. Um dos componentes que distinguem o medo de outros sentimentos é o sinal de alarme que é disparado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente. Para o autor, se o meio ambiente for a cidade, a maior ameaça são as outras pessoas. Na narrativa “Insônia”, a abordagem policial é o evento impeditivo que insere o narrador em uma situação inesperada, sentida por ele como uma ameaça.

Na continuidade da cena, o policial lança mão de seu poder para se aproximar do narrador, reativando a relação entre poder e força. Na lembrança dessa aproximação, a ênfase recai nos aspectos corporais do policial. “O homem parou perto de mim quase atracado, com jeito malcriado, senti o cheiro dele, da boca, do pano de corpo suado” (JATOBÁ, 1981, p.56). A grande proximidade corporal do policial aumenta o medo, uma vez que a violência física se torna uma grande possibilidade. “O medo sem estancar aumentava no coração o sofrimento. Pensamento nas ruindades que bem podiam fazer nesse corpo só” (JATOBÁ, 1981, p.56). O medo sentido leva à projeção de possíveis agressões através da imaginação, instância psíquica que “[...] aumenta imensuravelmente os tipos e a intensidade de medo no mundo dos homens” (TUAN, 2005, p.11). O narrador toma consciência da fragilidade do próprio corpo, teme por sua integridade física e pela violência sem limites. O grande temor decorre da possibilidade do encontro com a alteridade radical, a morte.

A situação de grande medo e o sofrimento que ela traz desperta “[...] experiências fundamentais do ser humano” (AMÉRY, 2013, p.62). Uma delas acompanhou o narrador em sua postura de defesa diante do policial, é a luta pela sobrevivência. A outra diz respeito à expectativa de ser ajudado. Essa expectativa será quebrada pela certeza de que nenhum

Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores

conhecido que poderia confirmar seu argumento passaria pela rua naquele momento. A expectativa também será quebrada pelo diálogo humilhante entre o policial que o acossa e outro que está na viatura. De forma displicente, ao ser perguntado sobre o que fazer, o policial que está na viatura manda o primeiro agredir o narrador:

Nem bem esperei, a mão do homem veio forte acertando em cheio no cangote, senti o baque, caminhei desequilibrado pela calçada, segurei no muro, esperei me preparando outro supapo que não aconteceu, me firmei com os pés no chão, apressado pra dentro, medroso. (JATOBÁ, 1981, p.56).

Sopapo, tapa, bofetada, a agressão pode receber vários nomes. Ela vem do policial e é forte e certa. O narrador fica desorientado, perde o equilíbrio. Prepara-se para receber outra agressão, que não vem. Entra em sua casa com pressa e com medo. Algo grave aconteceu. Ao refletir sobre a primeira bofetada que recebeu de um soldado nazista, Jean Améry usou a expressão “experiência espantosa”. A primeira agressão torna a vítima consciente de seu desamparo e já contém em germe tudo o que poderá sofrer (AMÉRY, 2013). A agressão lança a vítima em outra situação existencial, como se uma fronteira tivesse sido atravessada. “Confiança no mundo” é o nome dado por Jean Améry para aquilo de que o sujeito é privado ao tomar a primeira bofetada. Sua noção de “confiança no mundo” parte da certeza de que os outros, com base nos contratos sociais escritos e não escritos, o pouparão, ou seja, respeitarão sua fronteira física e, por isso, sua existência metafísica. Améry vê as fronteiras de seu corpo como as fronteiras de seu Eu. A existência da “confiança no mundo” está relacionada com a possibilidade de decidir quais tipos de estímulos alcançam suas fronteiras corporais, aquelas que são responsáveis por o isolar do mundo externo. A primeira bofetada ultrapassa essa fronteira, fazendo desabar a confiança no mundo.

O outro, *contra* quem me encontro fisicamente no mundo e *com* quem posso conviver desde que não transgrida a fronteira da superfície da minha pele, me impõe sua própria corporalidade com a bofetada. Ele se apossa de mim e, com isso, me aniquila. É como uma violação, um ato sexual sem consentimento por parte de um dos parceiros. Caso exista alguma chance, mesmo mínima, de me defender, aciono o mecanismo para tentar corrigir a violação de fronteiras cometida pelo outro. Em legítima defesa, expando meu corpo, uso minha própria corporalidade como objeto e restabeleço a confiança na continuidade da minha existência. O contrato social adquire, então, outro texto e outras cláusulas: olho por olho, dente por dente. Também é possível organizar a vida desse modo. *Não é possível* quando o

Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores

outro lhe faz perder um dente ou lhe deixa o olho roxo de pancadas, quando sofremos, indefesos, a agressão do inimigo que se tornou nosso próximo. Finalmente, se não podemos esperar nenhuma ajuda, a violação física por outro se converte em uma forma consumada de aniquilação existencial. (AMÉRY, 2013, p.61-62, grifo do autor).

A bofetada redimensiona as expectativas sobre as relações entre uma pessoa e outra, criando uma situação na qual aqueles que se relacionam passam a ocupar as posições de agressor e vítima. Tal processo se dá pelo fato de a corporalidade do outro, com quem agora se vive “contra” – como se vive contra um inimigo –, invadir a corporalidade da vítima, se impondo, fazendo do corpo invadido algo alheio ao próprio controle. O desrespeito que toca a camada corporal de uma pessoa também foi alvo das reflexões de Axel Honneth, que, como Jean Améry, associa a violação física ao desarranjo subjetivo. Na reflexão de Honneth, a subjetividade é aproximada da questão da identidade e da autorrelação do sujeito. Assim, para o pensador, as pessoas agredidas são feridas em sua “compreensão positiva de si mesmas” (HONNETH, 2009, p.213), que elas adquiriram de forma intersubjetiva através do processo de socialização. É recorrente nas autodescrições daqueles que foram maltratados por outros o sentimento de desrespeito moral, havendo a menção a categorias morais como ofensa ou rebaixamento. Nas palavras de Axel Honneth:

[...] toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na autorrelação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito; pois a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda de senso da realidade. Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social. (HONNETH, 2009, p.215).

De certa forma, é como se Axel Honneth retomasse os principais temas da reflexão acerca da violência realizada por Jean Améry, levantando, porém, novas questões. Honneth afirma que toda tentativa de se apossar do corpo de uma pessoa contra sua vontade, ação que

está diretamente relacionada à ideia de ultrapassagem da fronteira corporal de Améry, é vista como uma grave forma de humilhação. Esta se liga à dor física, mas também à sensação de estar sujeito à vontade do outro, o agressor. À ideia de sujeição ao outro ecoa a sensação de aniquilação existencial – tema pensado por Améry – decorrente da certeza da vítima de que não será socorrida ao sofrer o mau trato físico.

Há, com a agressão, uma perda de confiança em si mesmo e no mundo. O sujeito vê abalada sua relação com o próprio corpo e com a própria identidade. Agora, traz consigo a marca e a memória da violência, consequências do desamparo e do mal-estar gerados pela situação traumática. O caráter excessivo desse tipo de acontecimento interfere na relação que a vítima tem com as camadas corporais que são fundamentais para o relacionamento prático com os outros sujeitos, sintoma que remete à noção de vergonha social. “O conteúdo emocional da vergonha consiste [...] em uma espécie de rebaixamento do sentimento do próprio valor” (HONNETH, 2009, p.222-223). Com a agressão recebida, o sujeito se vê como alguém de valor social menor do que havia suposto previamente, enfrentando assim uma forte sensação de rebaixamento pessoal.

A ideia de vergonha social como consequência da violência policial está presente na última cena literária arrolada para essa discussão, que faz parte da narrativa “Via Sacra”. Esta traz a história de um operário que está retornando para casa após um dia trabalho. O narrador se encontra na rua e enfrenta uma forte chuva enquanto se dirige para a estação de metrô. A narrativa é constituída pelas impressões, reflexões e lembranças vivenciadas pelo narrador ao passar por cada uma das treze estações que fazem parte de seu trajeto. Destaco a lembrança que vem ao narrador quando passa pela sexta estação:

Liberdade. E eles chegaram sem pedir licença, sem papeleta de juiz autorizando, sem nada além de armas. Armas e sentimentos ruins, só. Martiniano ainda fez força na porta, que veio abaixo, depois gritos, raiva, palavrões e ódio. Foi você, seu putinho!, um deles gritou. Martiniano sentiu o peso duma arma na cara, a raiva, incontida no rosto, no peito de um, o desejo doutro de matar nas unhas, nos cabelos, nos culhões, nos braços, na carne, na alma. E Martiniano sumiu. Sumiu de corpo e se ainda fosse vivo também sumido de alma, homem forte Martiniano, vivo ainda, ali sentado no lugar daquele homem que olha o chão, olharia os pés com o olhar baixo. (JATOBÁ, 1977, p.21).

Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores

O registro dessa lembrança é feito mediante o uso da ironia, uma vez que a estação de nome “Liberdade” traz à consciência do narrador uma cena de violência brutal, na qual a personagem Martiniano tem sua casa invadida por policiais. As poucas informações dadas pelo narrador reforçam o caráter enigmático dessa lembrança no contexto da narrativa, um enigma que é partilhado pelo leitor. Não sabemos quem é Martiniano. Não sabemos o motivo da acusação que leva os policiais a agirem com tamanha raiva e violência. Sabemos apenas que um sujeito foi vítima de uma ação ilegal e desapareceu.

O narrador, através da memória, dá visibilidade para a vítima. Fala pelo outro que foi injustiçado, impede que sua história, ao menos por um breve momento, caia no esquecimento. Diante do desaparecimento de Martiniano, ao narrador resta apenas projetar os possíveis efeitos da violência policial na subjetividade da vítima. Esta, estivesse viva, teria perdido a alma, expressão que remete a uma mudança subjetiva de grande gravidade, uma crise moral. A vergonha social que teria afetado Martiniano contamina o imaginário e a percepção do narrador. O olhar baixo, voltado para o chão, do homem que está sentado à sua frente evoca a figura de Martiniano, que, humilhado, também com o olhar baixo, miraria os próprios pés. Assim, na imaginação do narrador, o rebaixamento afeta a subjetividade de Martiniano, que é figurado como alguém que perdeu a firmeza no olhar.

A solução estética construída por Roniwalter Jatobá instaura no leitor um sentimento semelhante à dúvida e à angústia vivenciadas por parentes e amigos de pessoas desaparecidas após ações policiais. Aqui, o trabalho estético do escritor se alia ao trabalho de luto daqueles que sentiram a dor de perder alguém. A personagem Martiniano faz parte da comunidade de destino de Amarildo, e também de todos aqueles que desapareceram ou foram mortos pela polícia militar e pelas forças armadas brasileiras nas últimas décadas. Inclusive, como ocorre com o narrador de “Via Sacra”, que imagina como seria o comportamento de Martiniano caso ele estivesse vivo, os parentes de Amarildo também lançaram mão da imaginação. No caso, projetaram como teria sido o comportamento daquele trabalhador em relação à agressão policial. A irmã de Amarildo, Maria Eunice Dias Lacerda, disse ainda no mês de agosto: “É duro dizer, mas eu acho que meu irmão está morto. Ele sempre dizia que revidaria se fosse agredido por um policial. Dizia que trabalhador não pode levar tapa na cara e ficar quieto” (BRUM, 2013). Semelhante é a visão do filho mais velho Anderson, de 21 anos, em seu testemunho no filme “Eu, um Amarildo”: “Isso, boto minha mão no fogo, bateram muito no

meu pai, mas meu pai reagiu. Meu pai também não morreu quieto, meu pai não morreu calado” (CYRÍACO, 2013). Ainda no testemunho dado ao cineasta, Anderson disse que é muito triste perder o pai e não saber onde ele está agora, não saber o que ele sentiu na hora. Elisabete Gomes da Silva, bastante afetada pelo desaparecimento e pela situação difícil da família – com medo da polícia, eles vivem na casa de Michele Lacerda, 17 pessoas ao todo – voltou a beber e usar drogas (CARVALHO, 2013). O luto da família se torna muito mais doloroso uma vez que o corpo de Amarildo não foi encontrado.

A morte de Amarildo é um sintoma social grave, e remete para a necessária elaboração do passado violento da sociedade brasileira. O conhecimento do passado e a punição dos sujeitos responsáveis pela violência de Estado durante a ditadura civil-militar e em outros momentos da história contribuiriam para que o atual cenário de violência nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, e em tantos outros lugares fosse transformado. A ação covarde dos policiais militares que participaram da tortura e morte de Amarildo demonstra a urgência de uma transformação nas políticas de segurança pública, o que poderia ser feito com a extinção das Unidades de Polícia Pacificadora e com a desmilitarização da polícia militar, por exemplo. Enquanto essas mudanças não ocorrem, cabe à sociedade e ao Estado investigar e denunciar os casos de violência, visando assim sua reparação e seu fim.

NARRATIVE AND TESTIMONY AS MANNERS TO ELABORATE THE POLICE VIOLENCE: ABOUT AMARILDO, MARTINIANO AND OTHER WORKERS

ABSTRACT: *This article investigates reports about the disappearance of the worker Amarildo de Souza, what happened in July 2013. It also investigates two narratives of the writer Roniwalter Jatobá, published during the period of civil military dictatorship. The reports and narratives are interpreted from the notion of testimony. The objective of this research is to give visibility to forms of police violence of the past and present, showing the similarity of situations that occurred in different historical moments, showing a historical continuity of violence. Moreover, the investigate aims to provide elements for a reflection about the authoritarian attitude that has marked the actions of the military police since the period of civil military dictatorship, and contribute for the debate about the necessary demilitarization of the police today.*

KEYWORDS: *Amarildo de Souza. Roniwalter Jatobá. Police violence. Testimony. Narrative. Elaboration.*

REFERÊNCIAS

- AMÉRY, J. A tortura. In: _____. **Além do crime e castigo: tentativas de superação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. p.59-77.
- BRUM, E. Onde está Amarildo? **Revista Época**, 5 ago. 2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-bamarildob.html>>. Acesso em: 7 ago. 2013.
- CANETTI, E. Força e poder. In: _____. **Massa e poder**. Companhia das Letras: São Paulo, 1995a. p.281-282.
- _____. Pergunta e resposta. In: _____. **Massa e poder**. Companhia das Letras: São Paulo, 1995b. p.285-290.
- CALIARI, T. Quem era Amarildo? **Retrato do Brasil**, 12 nov. 2013a. Disponível em: <<http://www.blogdaretrato.com.br/2013/11/parte-i-quem-era-amarildo.html>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- _____. A detenção de Amarildo. **Retrato do Brasil**, 14 nov. 2013b. Disponível em: <<http://www.blogdaretrato.com.br/2013/11/amarildoparteII.html#more>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- CARVALHO, I. Após quatro meses, o corpo de Amarildo continua desaparecido. **Revista Fórum**, 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/11/so-postar-amanha-apos-quatro-meses-o-corpo-de-amarildo-continua-desaparecido/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- CYRÍACO, R. **Eu, um Amarildo**. Disponível em: <<https://vimeo.com/72932647>>. Acesso em: 28 out. 2013.
- DAMATTA, R. Teoria e prática do “Sabe quem está falando?” In: _____. **Carnavais, malandros e outros heróis**. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.187-206.
- HONNETH, A. Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos, degradação. In: _____. **A luta por reconhecimento**. 2.ed. São Paulo: 34, 2009. p.213-224.
- JATOBÁ, R. Insônia. In: _____. **Sabor de química: crônicas nordestinas**. São Paulo: Global, 1981. p.53-56.
- _____. Via Sacra. In: _____. **Ciriaco Martins e outras histórias**. São Paulo: Alfa-omega, 1977. p.17-27.
- KEHL, M. R. Os crimes de estado se repetem como farsa. **Folha de São Paulo**, 24 mar. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1250962-os-crimes-do-estado-se-repetem-como-farsa.shtml>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

Narrativa e testemunho como formas de elaborar a violência policial: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores

MARCO, V. A literatura de testemunho e a violência de estado. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n.62, p.45-68, 2004.

MORAÑA, M. Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX. In: PIZARRO, A. (Org.). **América Latina: palabra, Literatura e Cultura**. Campinas: UNICAMP, 1995. p.479-515. v.3.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, n.9, p.45-56, 1991.

TELES, L. Ministério Público aponta que Amarildo foi torturado por policiais. **G1.Globo**, 23 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/10/ministerio-publico-aponta-que-amarildo-foi-torturado-por-policiais.html>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

TELES, E.; SAFATLE, V. Apresentação. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.9-12.

TUAN, Y. F. Introdução. In: _____. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005. p.7-18.